

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Jacareacanga**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Jacareacanga (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

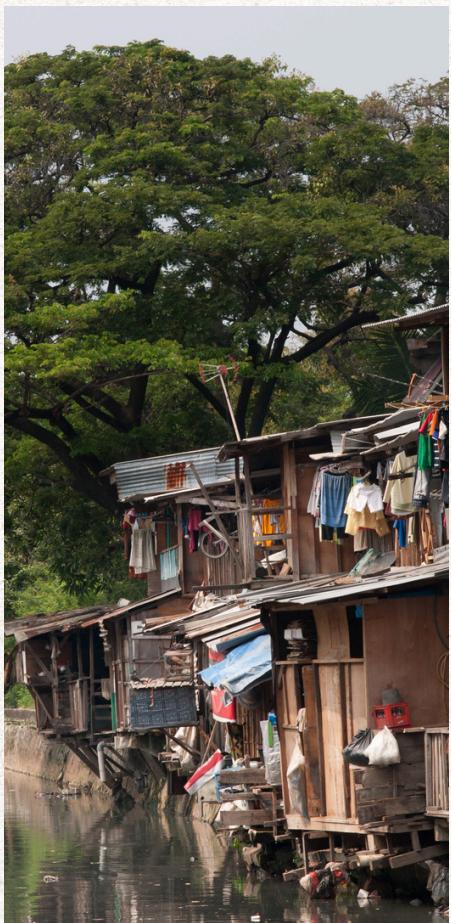
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

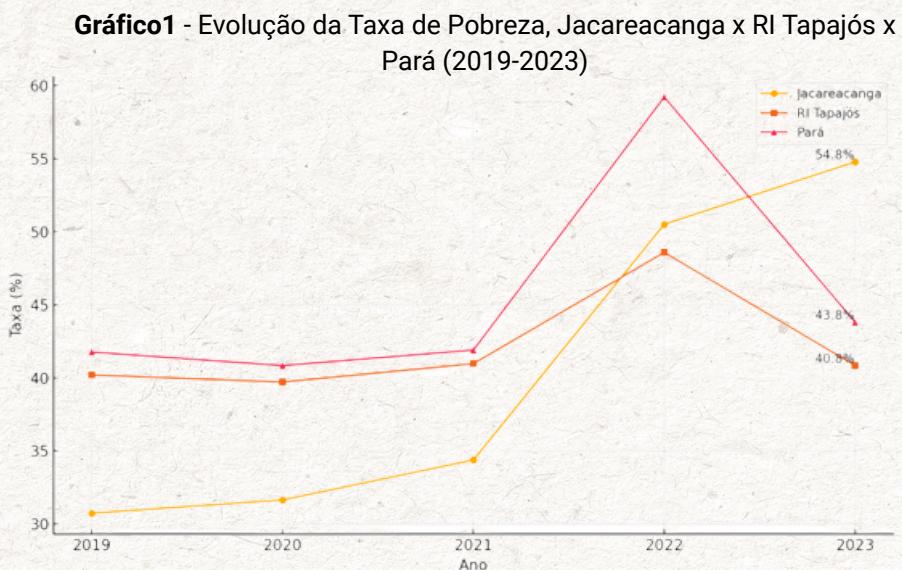


A Taxa de Pobreza em Jacareacanga apresentou uma trajetória crescente entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de aproximadamente 30,7%, subindo de forma moderada até 2021, quando atingiu cerca de 34,3%. No entanto, em 2022, houve um salto expressivo para 50,7%, possivelmente reflexo dos efeitos socioeconômicos pós-pandemia e da inflação acumulada sobre populações vulneráveis. Em 2023, o crescimento continuou alcançando 54,8%, o maior valor do período analisado (Gráfico 1).

Na Região de Integração Tapajós, a taxa se manteve relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando em torno de 40%, e registrou um aumento acentuado para 48,6% em 2022. Em 2023, houve uma leve redução, com o indicador recuando para 40,8%, sinalizando possível recuperação econômica ou reforço em políticas sociais regionais. Comparando com o município, a RI apresentou uma oscilação menos acentuada (Gráfico 1).



O Estado do Pará, por sua vez, também teve trajetória estável até 2021, com leve variação entre 41,8% e 42,2%. Em 2022, a taxa subiu para 59,4%, o pico da série, com posterior queda para 43,8% em 2023. O comportamento do estado demonstra uma conjuntura semelhante à nacional, com aumento da pobreza em decorrência da pandemia e retração posterior diante da retomada da atividade econômica e expansão de programas sociais (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Jacareacanga, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em patamar elevado em 2019, com 69,8%, e apresentou queda gradual até 2021, chegando a 58,4%. Contudo, em 2022, o município registrou um valor atípico de 0%, sugerindo falha de registro ou ausência de alocação orçamentária nas classificações consideradas essenciais. Em 2023, o índice foi retomado em 64,9%, o que pode indicar normalização da política orçamentária (Gráfico 2).

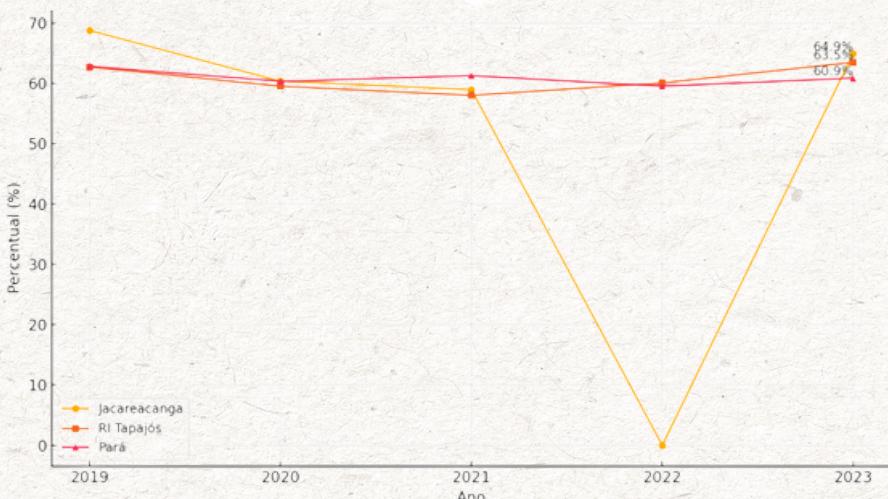
Na Região de Integração Tapajós, o indicador manteve-se mais estável ao longo do período. Com um leve decréscimo de 62,4% em 2019 para 58,9% em 2021, a RI mostrou consistência em seu padrão de gasto. Em 2022, retornou ao patamar de 60,0%, e subiu para 63,3% em 2023, revelando tendência de recuperação no investimento em serviços essenciais, talvez em resposta às demandas reprimidas da pandemia (Gráfico 2).

O estado do Pará teve comportamento similar ao da RI

Tapajós, com pequenas oscilações em torno de 60%. Partindo de 62,4% em 2019, caiu levemente para 60,0% em 2020, oscilou discretamente nos anos seguintes e encerrou 2023 com 60,9%. Essa estabilidade pode refletir uma política estadual de manutenção contínua dos gastos essenciais, sem grandes desvios ou choques no orçamento ao longo do período analisado (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Jacareacanga, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou oscilações significativas no período analisado. Partindo de 9,0% em 2019, o indicador cresceu de forma contínua até alcançar o pico de 11,8% em 2021, possivelmente refletindo fatores como carência nutricional materna ou falhas na atenção pré-natal. Em 2022, observou-se uma redução relevante para 8,6%, mas em 2023 o percentual voltou a subir, atingindo 11%, o que demonstra instabilidade no controle de fatores de risco associados à saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do in-

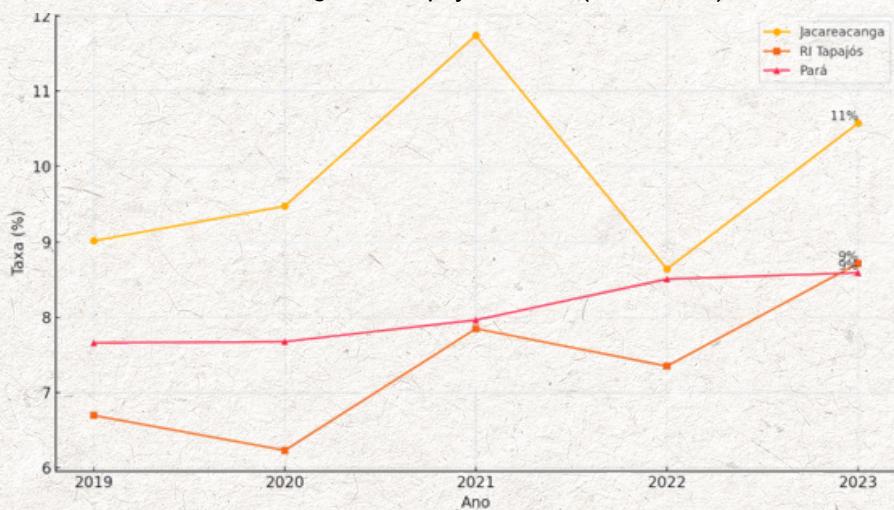
dicador foi mais contido, com ligeira queda de 6,7% em 2019 para 6,2% em 2020, seguida de um aumento até 7,9% em 2021. Após um recuo para 7,3% em 2022, o indicador voltou a subir, fechando 2023 com 8,6%. Ainda que os níveis permaneçam inferiores aos de Jacareacanga, a tendência de alta no final do período exige atenção das políticas regionais de saúde (Gráfico 3).

O estado do Pará manteve uma trajetória mais estável, com ligeiras variações ao longo dos anos. A taxa foi de 7,7% em 2019 e permaneceu praticamente constante até 2020. A partir de 2021, houve aumento gradual, atingindo 8,6% em 2022 e 9% em 2023.

O crescimento ainda moderado pode indicar ampliação do acesso a partos em estabelecimentos hospitalares que identificam mais casos, mas também levanta alerta quanto à necessidade de fortalecer políticas de prevenção ao baixo peso neonatal em todo o estado (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

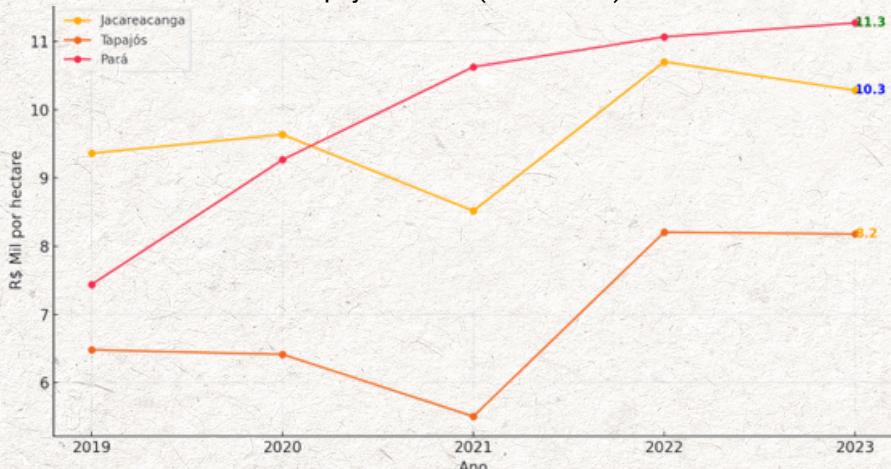
Em Jacareacanga, a produtividade agrícola iniciou o período com R\$ 9,3 mil/ha em 2019, subindo ligeiramente em 2020, mas caindo para R\$ 8,5 mil/ha em 2021. A recuperação veio em 2022, com um salto para R\$ 10,7 mil/ha, refletindo provavelmente melhores condições de produção, técnicas agrícolas mais eficientes ou valorização dos produtos. Em 2023, houve leve retração para R\$ 10,3 mil/ha, mas o nível ainda se manteve superior ao início da série, indicando tendência positiva (Gráfico 4).

Na RI Tapajós, o cenário é de menor dinamismo e produtividade em relação ao município e ao estado. A taxa iniciou em R\$ 6,5 mil/ha em 2019 e sofreu leve redução nos anos seguintes, atingindo R\$ 5,4 mil/ha em 2021. A partir de 2022, há uma recuperação significativa para R\$ 8,2 mil/ha, que se mantém em 2023. Ainda que abaixo da média estadual, a retomada recente é indicativa de avanços nas práticas produtivas ou maior acesso a insumos e tecnologias (Gráfico 4).

O estado do Pará apresenta a

o estado do Pará apresenta a trajetória mais consistente e ascendente entre os três níveis territoriais. Em 2019, a produtividade era de R\$ 7,5 mil/ha, subindo gradativamente até alcançar R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Esse desempenho sugere ganhos em eficiência agrícola, mecanização, ampliação da fronteira agrícola ou valorização de culturas com maior valor agregado. O avanço contínuo indica fortalecimento do setor agropecuário no estado, com reflexos positivos sobre a economia regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Jacareacanga, a taxa de mortalidade infantil apresentou variação acentuada ao longo do período. Em 2019, o indicador estava em 20,5 por mil nascidos vivos, caindo para 18,1 em 2020. No entanto, em 2021, houve um aumento expressivo para 38,7, possivelmente associado a fragilidades no acesso a serviços de saúde neonatal, impacto da pandemia ou falhas pontuais nos serviços de atenção básica. Nos anos seguintes, verificou-se uma forte redução: 21,2 em 2022 e 9,1 em 2023, indicando melhorias no atendimento à saúde infantil e maior efetividade das políticas públicas locais (Gráfico 5).

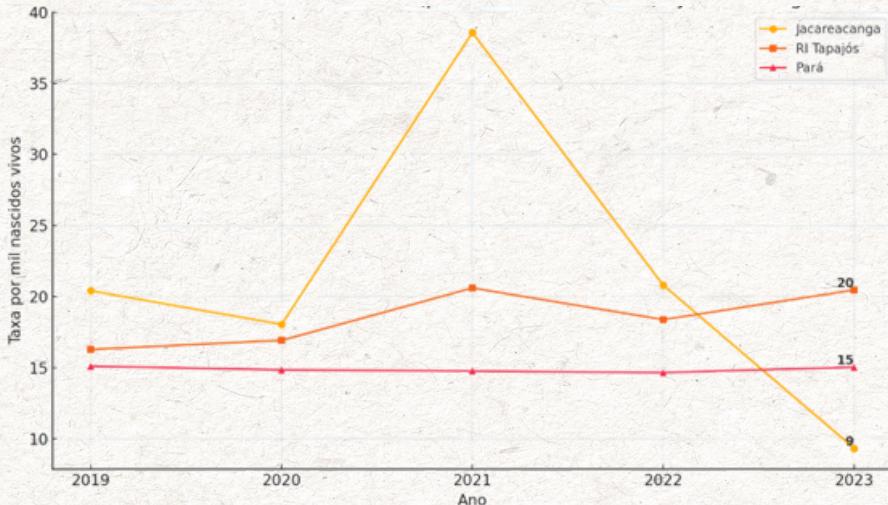
Na Região de Integração Tapajós, a taxa de mortalidade manteve-se mais estável, ainda que com tendência de alta. Iniciando em 16,3 em 2019, o indicador cresceu lentamente até atingir 20,2 em 2023. A oscilação moderada sugere relativa resiliência dos serviços regionais de saúde, ainda que o aumento ao final da série possa sinalizar pressões estruturais persistentes, como carência de equipamentos ou profissionais especializados na atenção perinatal (Gráfico 5).





O estado do Pará apresenta o desempenho mais estável e com valores mais baixos ao longo de todo o período. A taxa oscilou entre 14,9 e 15,2, mantendo-se praticamente constante. Essa estabilidade pode refletir a consolidação de políticas estaduais de atenção básica e vigilância em saúde infantil. No entanto, a diferença entre o estado e os demais níveis, especialmente nos anos de maior mortalidade em Jacareacanga, evidencia desigualdades territoriais no acesso à saúde e na qualidade da assistência neonatal (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Jacareacanga, o número de médicos por 10 mil habitantes aumentou de forma lenta, mas significativa. Em 2019, o índice era de apenas 3,3 médicos, subindo para 3,7 em 2020. Houve uma queda para 3,1 em 2021, possivelmente ligada à rotatividade de profissionais ou à pandemia, mas a partir de 2022 iniciou-se um avanço mais consistente, chegando a 4,6 e, em 2023, a 5,0 médicos por 10 mil habitantes. O crescimento recente pode estar associado à ampliação de programas de interiorização da medicina ou à fixação de profissionais via políticas públicas espe-

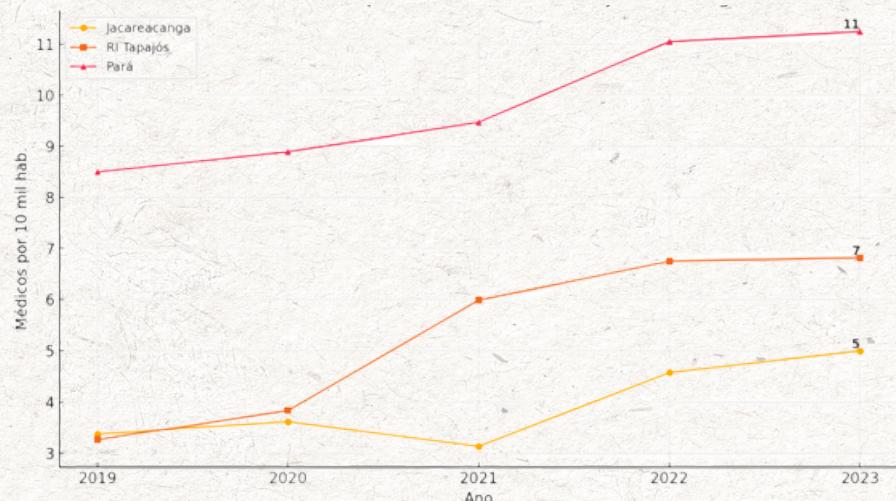
cíficas (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tapajós, o aumento foi mais expressivo, partindo de 3,4 médicos em 2019 para 6,0 em 2021, e mantendo crescimento até alcançar 7,0 em 2023. Esse resultado sugere esforços regionais mais amplos de fortalecimento da rede assistencial, o que pode explicar o controle mais moderado da mortalidade infantil na RI em comparação com Jacareacanga. O aumento de médicos per capita na região contribui para maior capilaridade e eficácia nos serviços de saúde (Gráfico 6).



No estado do Pará, o indicador apresentou crescimento contínuo e de maior magnitude. Partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019, o estado alcançou 11,2 em 2023, sendo o patamar mais elevado entre os três níveis analisados. A tendência estadual demonstra investimentos significativos na ampliação da força de trabalho médica, o que pode estar atrelado a programas federais e estaduais de incentivo à formação e fixação de profissionais, especialmente nas capitais e grandes centros. A diferença em relação a Jacareacanga expõe desafios de distribuição equitativa de recursos humanos em saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

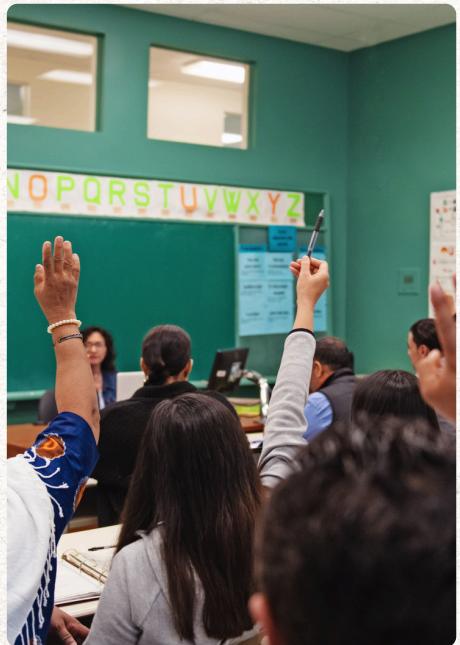
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Jacareacanga apresentou variação significativa na quantidade de vagas no ensino público por mil habitantes ao longo do período. Entre 2019 e 2021, o crescimento foi modesto, passando de 173 para 183 vagas. No entanto, em 2022, houve um salto expressivo para 320 vagas por mil habitantes, indicando uma possível expansão da rede escolar, reestruturação administrativa ou melhoria no cadastro e oferta de matrículas. Em 2023, verificou-se um leve recuo para 292 vagas, mantendo ainda um nível muito acima da média anterior à pandemia (Gráfico 7).

A Região de Integração Tapajós demonstrou comportamento mais estável, com

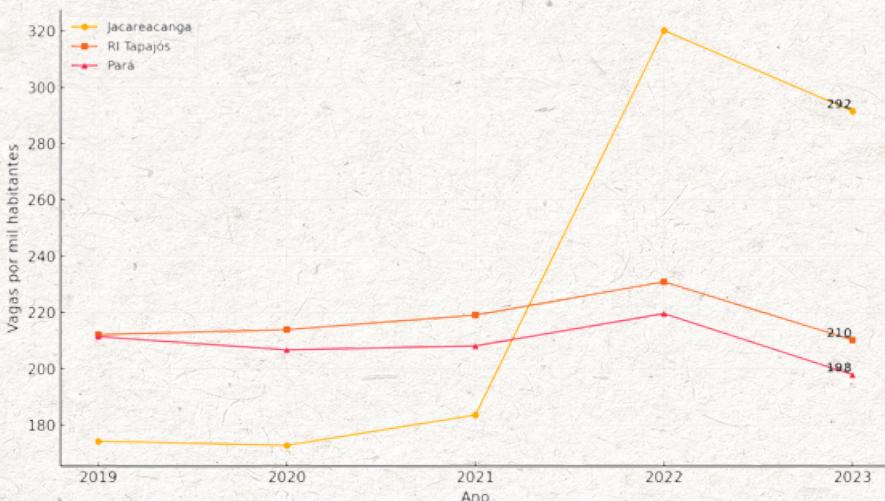
crescimento gradual de 213 em 2019 para 232 vagas por mil habitantes em 2022, e posterior queda para 210 em 2023. Essa oscilação moderada pode estar relacionada a ajustes demográficos, mudanças no planejamento da rede de ensino ou variações na demanda escolar. Apesar da leve retração em 2023, o nível se mantém relativamente alto, sinalizando constância nos investimentos educacionais regionais (Gráfico 7).

No estado do Pará, observou-se uma trajetória mais contida, com o número de vagas variando de 212 em 2019 para 219 em 2022 e caindo para 198 em 2023. O recuo mais acentuado no último



ano pode refletir desafios de reorganização de turmas, redução de matrículas por fatores demográficos ou limitações orçamentárias. Ainda assim, o patamar estadual se manteve mais estável que em Jacareacanga, revelando disparidades territoriais na dinâmica da oferta educacional (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 292 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Jacareacanga, o percentual de escolas com acesso à internet evoluiu de forma lenta até 2022, partindo de 7,8% em 2019 e alcançando apenas 12,7% em 2022. Contudo, em 2023 houve um salto expressivo para 39,2%, o que pode estar relacionado a iniciativas de conectividade promovidas em nível federal ou estadual, ou mesmo por programas locais de inclusão digital. Apesar do avanço, o município ainda se mantém atrás da média estadual e regional, evidenciando desafios persistentes

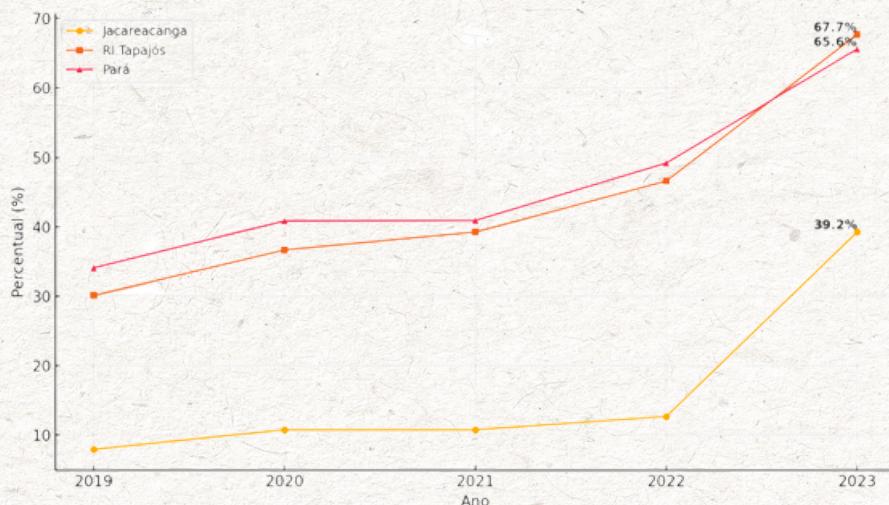
de infraestrutura (Gráfico 8).

A Região de Integração Tapajós apresentou crescimento contínuo e consistente ao longo dos cinco anos, partindo de 30,3% em 2019 e atingindo 65,6% em 2023. O avanço gradativo demonstra investimento progressivo em tecnologias educacionais e maior capacidade de implementação de conectividade nas escolas. Essa tendência também reforça o alinhamento da RI com políticas públicas voltadas à digitalização da educação básica (Gráfico 8).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI Tapajós, com avanço de 34,3% em 2019 para 67,7% em 2023. O crescimento significativo ao longo do período reflete um esforço sistemático do governo estadual em ampliar o acesso digital no ambiente escolar. Esse avanço é especialmente relevante no contexto pós-pandemia, no qual a conectividade se tornou um elemento central para a continuidade e qualidade do ensino, principalmente em áreas remotas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Jacareacanga, os casos de violência contra a mulher por parceiros registraram aumento expressivo entre 2019 e 2021, saltando de zero para 13,1 casos por 100 mil habitantes. Esse crescimento pode refletir tanto um agravamento da violência doméstica quanto uma melhora nos mecanismos de denúncia e registro, especialmente no contexto da pandemia. A partir de 2022, houve queda para 6,1 casos e leve alta para 8 em 2023, apontando uma possível oscilação na efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero (Gráfico 9).

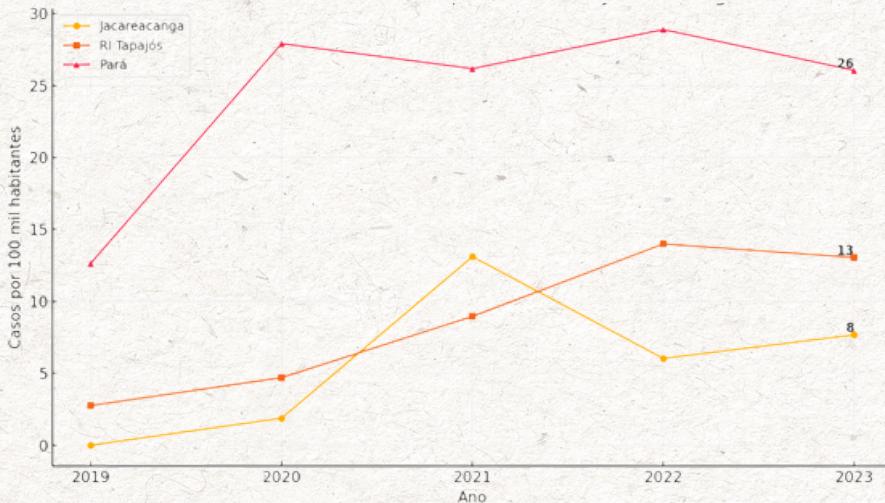


Na Região de Integração Tapajós, observou-se uma tendência crescente ao longo do período, partindo de 2,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 e atingindo o pico de 14,1 em 2022, com uma leve redução para 13 em 2023. Esse crescimento contínuo pode refletir tanto o agravamento do problema quanto o fortalecimento da rede de acolhimento e registro, indicando maior visibilidade ao tema. Ainda assim, os números sugerem a necessidade de intensificar ações preventivas e protetivas na região (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O estado do Pará apresentou os maiores índices de violência entre os três re cortes analisados, partindo de 12,7 em 2019 e atingindo 28,9 casos por 100 mil habitantes em 2022. Em 2023, houve uma redução para 26, indicando uma possível inflexão, mas ainda em patamar elevado. O comportamento estadual reforça a urgência de políticas públicas mais abrangentes, com foco em proteção social, acesso à justiça e educação em direitos humanos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Jacareacanga, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres iniciou em 34,3% em 2019, sofreu queda abrupta para 15,7% em 2020, e voltou a crescer nos anos seguintes, alcançando 35,9% em 2023. Essa oscilação significativa pode indicar instabilidades estruturais no mercado de trabalho local ou efeitos pontuais, como desligamentos ou mudanças no perfil das ocupações formais. A retomada recente sugere uma possível revalorização da participação feminina em posições de liderança (Gráfico 10).



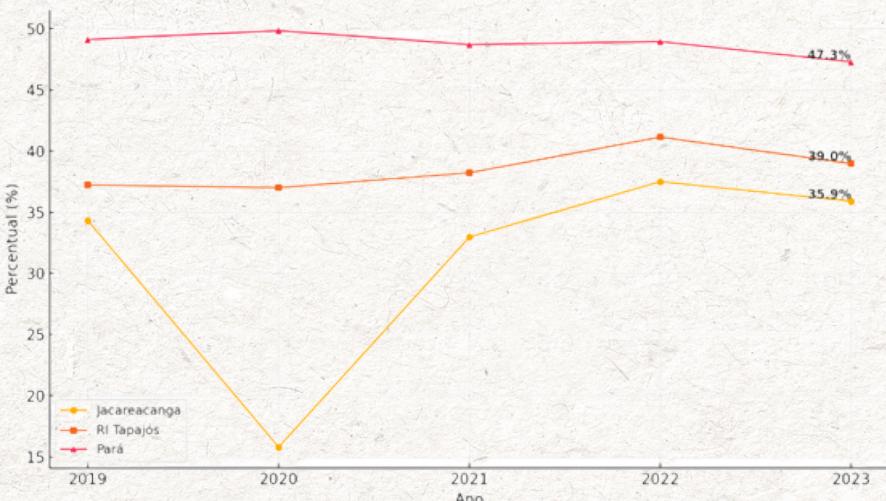


Na Região de Integração Tapajós, o indicador foi mais estável, variando de 37,2% em 2019 para 39,0% em 2023, com leve crescimento ao longo do tempo. O pico ocorreu em 2022 com 41,2%, indicando uma melhora progressiva na equidade de gênero em cargos de comando. Ainda que o crescimento não seja abrupto, a trajetória constante evidencia uma estrutura regional mais favorável à inclusão de mulheres em postos decisórios (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual foi o

mais elevado e estável entre os três níveis. Os valores oscilaram levemente entre 48,9% em 2020 e 47,3% em 2023, com tendência de manutenção da paridade de gênero em cargos gerenciais. Essa estabilidade em patamares elevados pode refletir políticas públicas e incentivos voltados à equidade de gênero no setor público e privado, embora ainda existam desafios na interiorização desses avanços para municípios menores como Jacareacanga (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

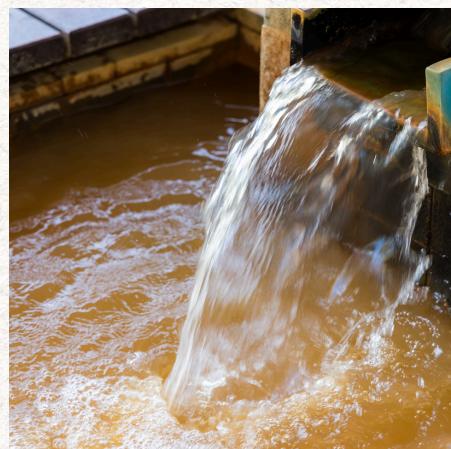
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Jacareacanga, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu extremamente baixos ao longo de todo o período, oscilando entre 0,2% e 0,3%. Esse cenário evidencia uma precariedade crônica no serviço de saneamento básico voltado às populações mais vulneráveis do município. A ausência de avanços significativos no indicador entre 2019 e 2023 revela uma persistente negligência ou limitação estrutural na expansão da infraestrutura sanitária (Gráfico 11).

Na Região de Integração Tapajós, o desempenho foi ligeiramente superior ao de Jacareacanga, mas ainda muito baixo. O percentual variou entre 0,4% e 0,5% no período, apresentando crescimento residual. Ainda que os dados indiquem uma leve tendência de aumento até 2022, a estagnação em 2023 mostra que a coleta de esgoto segue extremamente restrita para a população de baixa renda, sugerindo uma urgência na ampliação de políticas públicas voltadas ao saneamento básico na

região (Gráfico 11).

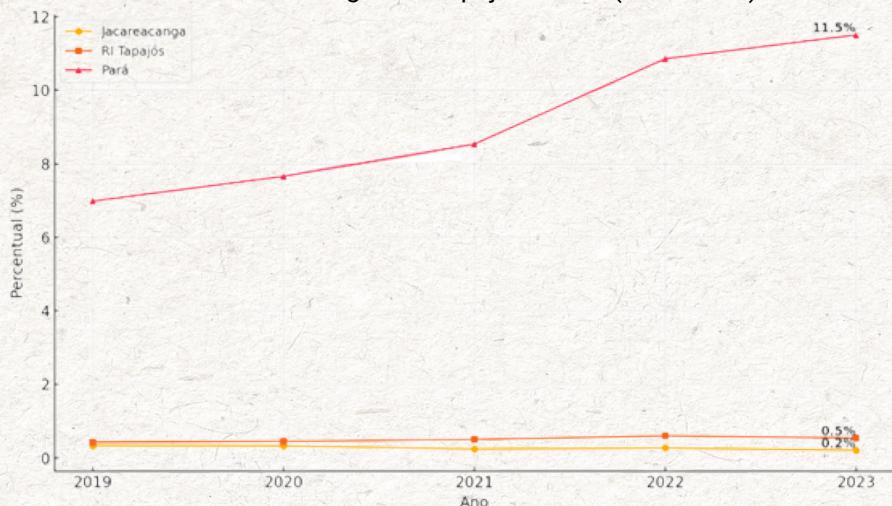
No estado do Pará, a trajetória foi ascendente e mais expressiva. Em 2019, o percentual era de 7%, aumentando progressivamente até alcançar 11,5% em 2023. Apesar de ainda representar uma cobertura limitada, especialmente considerando o tamanho da população de baixa renda no estado, esse crescimento indica esforços mais consistentes no sentido da ampliação do acesso ao saneamento básico. Ainda assim, os níveis estaduais ainda revelam pro-



fundas desigualdades territoriais, principalmente em comparação com regiões como Jacareacanga e sua RI (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Jacareacanga apresentou forte oscilação no gasto per capita com saneamento básico entre 2019 e 2023. Partindo de um valor praticamente nulo em 2019, o município aumentou o investimento para R\$ 34,7 em 2020 e R\$ 33,8 em 2021, mas voltou a registrar R\$ 0 nos dois anos seguintes. Esse padrão de descontinuidade pode indicar tanto dificuldades orçamentárias quanto ausência de planejamento de longo prazo para a manutenção e expansão da rede de saneamento (Gráfico 12).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador apresentou crescimento contínuo e mais estável. Em 2019, o gasto era de R\$ 18,9 per capita, subindo para R\$ 44,2 em 2023.

Esse comportamento aponta

para um compromisso mais consistente da RI com investimentos na área de saneamento básico, refletindo uma maior previsibilidade e alocação de recursos públicos para esse fim. Ainda que os valores sejam modestos, o avanço constante é um sinal positivo (Gráfico 12).

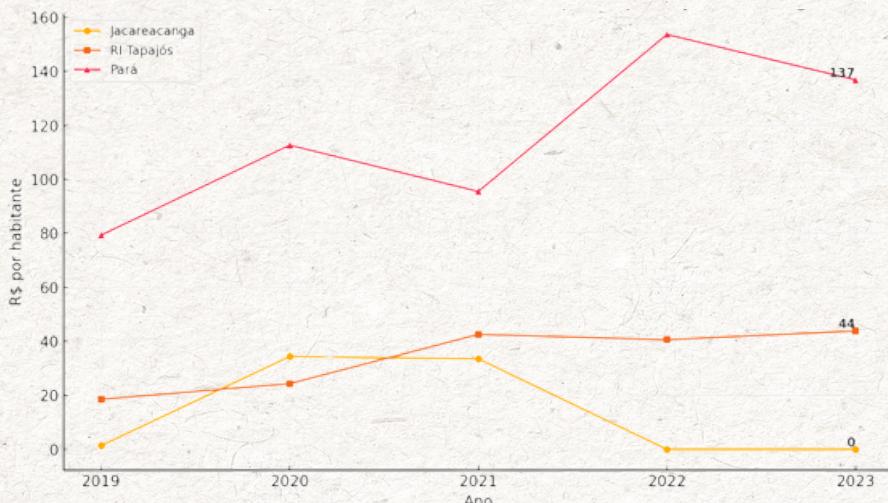
No estado do Pará, o gasto com saneamento per capita teve variações significativas, mas sempre em patamares superiores aos demais níveis territoriais. Saiu de R\$ 78,9 em 2019 para R\$ 114,3 em 2020, chegou ao pico de R\$ 154,1 em 2022, e fechou 2023 em R\$ 137. Esse comportamento revela priorização do tema na agenda estadual, mesmo com oscilações que podem estar ligadas a mudanças no volume

de obras, nos repasses federais ou em políticas setoriais específicas. A disparidade entre os investimentos estaduais e os realizados em Jacareacanga reforça as desigualdades no acesso a serviços essenciais entre os municípios paraenses (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Em Jacareacanga, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento constante entre 2019 e 2022, saindo de cerca de 200 kWh/hab. para um pico de aproximadamente 610 kWh/hab. em 2022, indicando um expressivo aumento de acesso e/ou uso da energia elétrica. Contudo, em 2023, houve uma redução para 536 kWh/hab., sinalizando uma possível retração no consumo ou alteração na estrutura de demanda energética local. Apesar da melhora em relação a 2019, o patamar ainda é significativamente inferior ao das outras duas escalas territoriais (Gráfico 13).

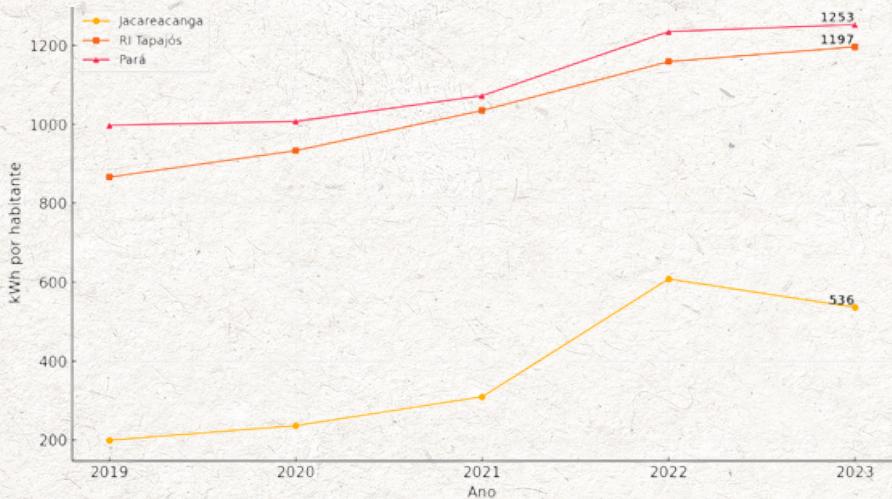




Na RI Tapajós, o consumo partiu de aproximadamente 870 kWh/hab. em 2019 e teve crescimento contínuo ao longo dos anos, atingindo 1.197 kWh/hab. em 2023. Essa trajetória indica um processo progressivo de eletrificação e estabilidade no uso da energia elétrica na região, sem oscilações abruptas. O crescimento mais expressivo se dá entre 2021 e 2022, o que pode refletir políticas de infraestrutura energética ou expansão de redes (Gráfico 13).

Já no estado do Pará como um todo, o consumo partiu de cerca de 995 kWh/hab. em 2019 e atingiu 1.253 kWh/hab. em 2023, mantendo-se consistentemente acima das demais escalas. Assim como na RI, o crescimento foi estável, com destaque também para o avanço de 2021 a 2022. Isso demonstra um padrão estadual de aumento na demanda e cobertura elétrica, que tende a refletir maior inclusão energética da população em geral (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 536 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Jacareacanga apresentou uma redução expressiva no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil, partindo de 8,3% em 2019 para 4,5% em 2022, indicando avanços importantes na substituição por fontes de energia elétrica. No entanto, em 2023, houve um leve retrocesso, com o indicador subindo para 5,0%, o que pode sugerir instabilidades no fornecimento de energia ou limitações em políticas de transição energética localizadas (Gráfico 14).

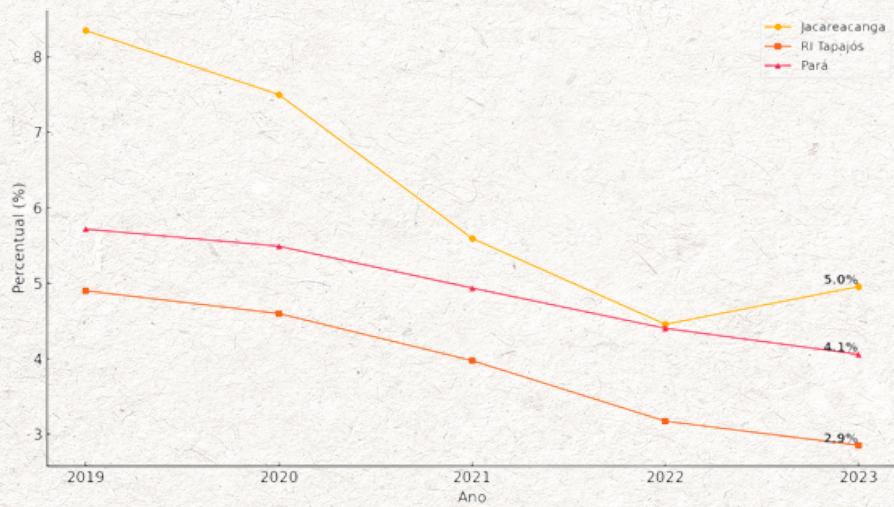


Na RI Tapajós, o indicador caiu de 4,9% em 2019 para 2,9% em 2023, demonstrando uma trajetória de redução contínua e sem interrupções. Isso sugere uma melhoria progressiva e sustentada nas condições de acesso à energia elétrica por parte da população de baixa renda, possivelmente fruto de programas regionais ou ampliação da rede de distribuição de energia na área (Gráfico 14).

No estado do Pará, a queda

também foi constante, de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, o que aponta para um esforço estadual contínuo na substituição de tecnologias de iluminação precárias, como lamparinas a querosene ou outros combustíveis fósseis. Ainda que o estado apresente valores superiores à média da RI Tapajós, o progresso é evidente e segue tendência semelhante, evidenciando ganhos sociais e ambientais na área energética (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Jacareacanga apresentou crescimento no número de empregos formais por mil habitantes, passando de 18 para 37 postos formais, o que representa praticamente uma duplicação em cinco anos. Apesar do salto significativo, sobretudo entre 2021 e 2022, o nível absoluto de formalização ainda é bastante inferior em comparação aos outros recortes territoriais, o que evidencia uma persistente predominância do trabalho informal no município. A ligeira queda em 2020 seguida de uma recuperação contínua pode refletir o impacto da pandemia e a posterior retomada econômica local (Gráfico 15).

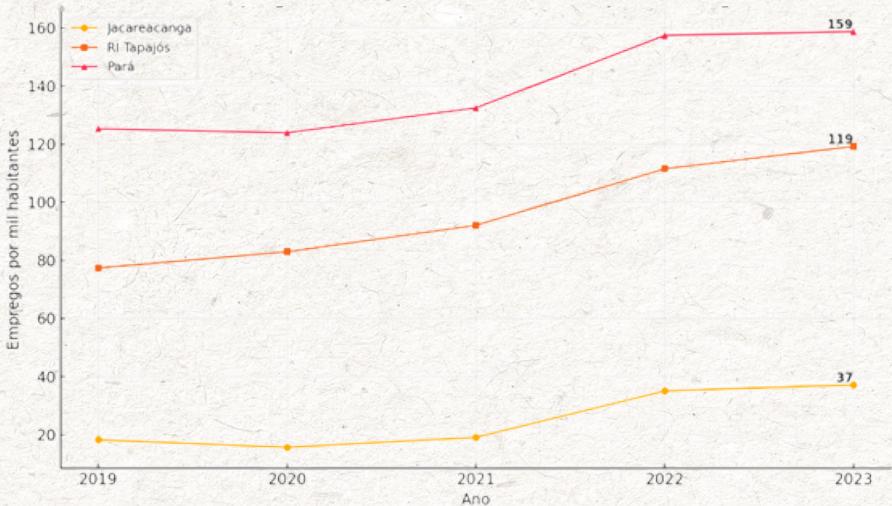
Na Região de Integração (RI) Tapajós, o indicador mostra trajetória ascendente e mais estável ao longo do período

analisado. Em 2019, havia 78 empregos formais por mil habitantes, número que aumentou para 119 em 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar associado à reativação econômica regional, investimentos em setores produtivos ou políticas de estímulo ao emprego com carteira assinada. Ainda que abaixo da média estadual, a RI Tapajós demonstra uma dinâmica mais favorável de formalização do trabalho em comparação ao município de Jacareacanga (Gráfico 15).



No estado do Pará, observa-se o maior nível de formalização entre os três recortes, partindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019 e alcançando 159 em 2023. Após uma estabilidade entre 2019 e 2020, o estado teve um crescimento mais acentuado a partir de 2021, indicando uma recuperação e fortalecimento do mercado formal de trabalho no pós-pandemia. Essa tendência pode ser resultado de políticas estaduais, investimentos em infraestrutura e maior concentração de atividades econômicas formais nas áreas urbanas, o que ressalta as disparidades territoriais no acesso ao emprego formal no estado (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



mentos ou aumento substancial na produção de bens de alto valor agregado (Gráfico 16).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do PIB per capita também foi positivo, embora de forma mais estável e gradual.

A evolução se deu de cerca de R\$ 14 mil em 2018 para R\$ 23.905 em 2022, refletindo uma trajetória contínua de crescimento econômico regional, possivelmente relacionada à expansão das atividades produtivas associadas aos recursos naturais e à infraestrutura. Essa trajetória indica uma consolidação mais homogênea do desenvolvimento regional (Gráfico 16).

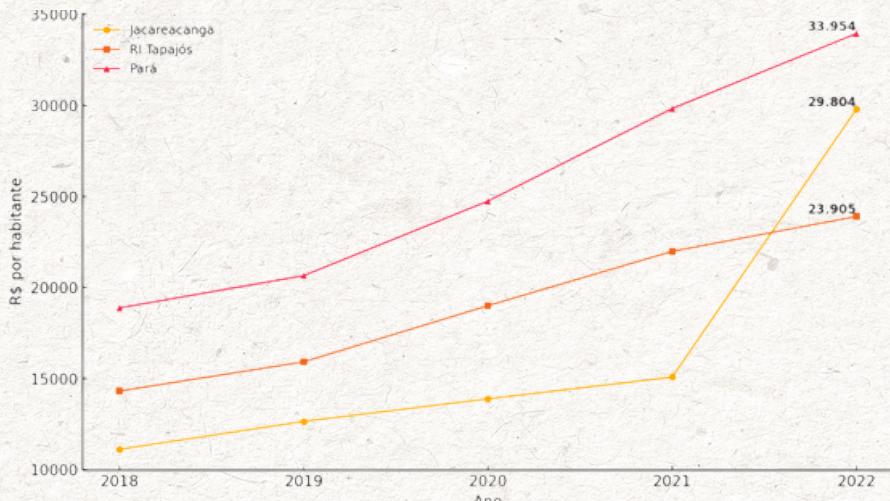
Por sua vez, o estado do Pará manteve-se com os maiores valores entre os três níveis, com crescimento constante ao

Entre 2018 e 2022, observou-se um crescimento expressivo do PIB per capita nos três níveis analisados. No município de Jacareacanga, o indicador apresentou uma tendência de crescimento moderado entre 2018 (aproximadamente R\$ 11 mil) e 2021 (R\$ 15 mil), seguido de um salto significativo em 2022, atingindo R\$ 29.804 – mais que dobrando o valor de 2018. Essa elevação abrupta no último ano pode indicar a ocorrência de algum evento extraordinário na economia local, como grandes investi-



Gráfico16 - PIB per capita, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022)

longo do período, de R\$ 18.900 para R\$ 33.954. O avanço expressivo pode estar atrelado à valorização das commodities, ao aumento das exportações e ao fortalecimento da indústria de transformação e mineração, setores importantes na composição do PIB estadual. A diferença entre os níveis territoriais reflete disparidades estruturais, mas o crescimento generalizado aponta para uma tendência positiva no desenvolvimento econômico (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 29.804/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O indicador de Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) em Jacareacanga manteve-se elevado e estável durante o período analisado, iniciando em 47,4% em 2018, chegando a 46,8% em 2022, com um pico de 49% em 2019. Isso indica que a indústria tem um peso significativamente maior na composição do PIB local em comparação com a média estadual e regional, sugerindo a forte presença de atividades industriais específicas, provavelmente extrativas ou ligadas à cadeia mineral, o que reforça a vocação produtiva do município (Gráfico 17).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador partiu de um patamar baixo, com 15% em 2018, e apresentou crescimento contínuo até 23,3% em 2022. Ainda que abaixo do nível estadual e muito distante de Jacareacanga, a trajetória ascendente sinaliza que a indústria regional vem ganhando importância relativa, o que pode refletir processos de industrialização, atração de empreendimentos e ampliação da infraestrutura de apoio à produção (Gráfico 17).

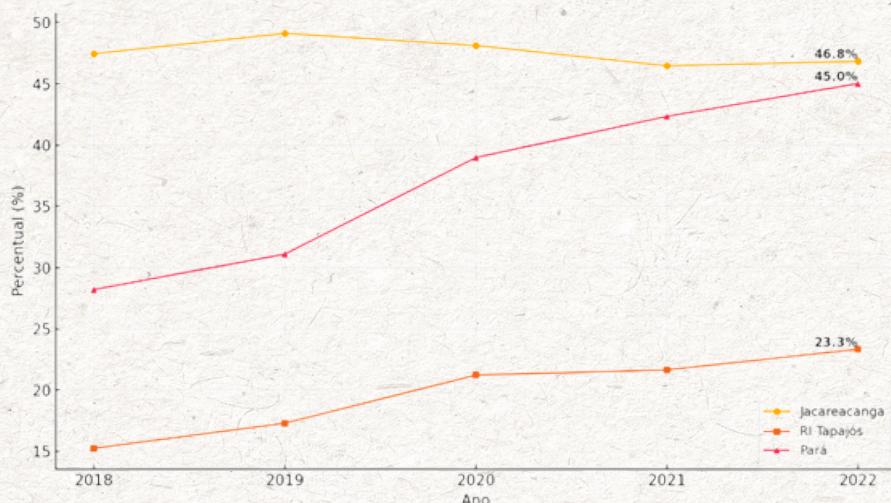
No estado do Pará, o valor adicionado da indústria também apresentou crescimento

robusto, saindo de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Isso representa uma transformação significativa na estrutura produtiva estadual, indicando o fortalecimento do setor industrial, principalmente nas áreas de mineração, metalurgia e agroindústria. O aumento da participação industrial no PIB estadual é um sinal positivo do ponto de vista da diversificação econômica e do adensamento da cadeia produtiva, com potenciais efeitos na geração de emprego e renda (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB),
Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes no município de Jacareacanga manteve-se em patamares muito baixos em relação às demais escalas territoriais. Em 2019, o município apresentava cerca de 3 profissionais por 100 mil habitantes, valor que oscilou levemente até 2021 e teve um leve aumento para 5 profissionais a partir de 2022, permanecendo nesse nível em 2023.



Ainda que represente um crescimento percentual expressivo, o dado evidencia uma baixa densidade científica local, indicando desafios estruturais para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação (Gráfico 18).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador mostrou crescimento contínuo e signifi-

cativo, passando de 12 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 para 19 em 2023. Esse avanço indica uma expansão consistente da presença de cientistas, possivelmente associada ao fortalecimento de instituições de ensino e pesquisa na região, além de políticas públicas voltadas à interiorização da ciência e tecnologia. Ainda assim, o patamar atingido permanece inferior à média estadual, refletindo desigualdades regionais no acesso a oportunidades científicas (Gráfico 18).

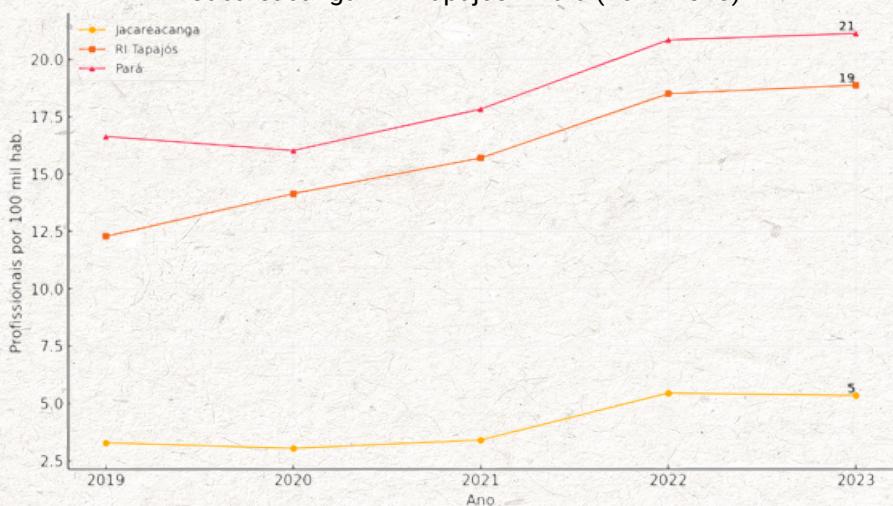
Já no estado do Pará como um todo, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes aumentou de 17 em 2019 para 21 em 2023, com um crescimento mais acentua-





do a partir de 2021. Esse resultado aponta para o fortalecimento gradual da base científica paraense, possivelmente impulsionado por investimentos em universidades públicas, centros de pesquisa e programas de fomento à ciência. O desempenho estadual contrasta com os dados do município de Jacareacanga, evidenciando a concentração de recursos humanos qualificados em ciência nos centros urbanos mais desenvolvidos e a necessidade de políticas de descentralização científica (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Jacareacanga apresentou baixos percentuais da massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB, com valores que oscilaram levemente ao longo do período. Em 2019, o indicador era de aproximadamente 0,5%, caindo para 0,36% em 2020, e estabilizando-se em torno de 0,4% nos dois anos seguintes. Esses números sugerem uma economia local fortemente sustentada por atividades informais ou setores produtivos com baixa exigência de mão de obra formal, além de possível concentração de renda fora do mercado de trabalho formalizado (Gráfico 19).

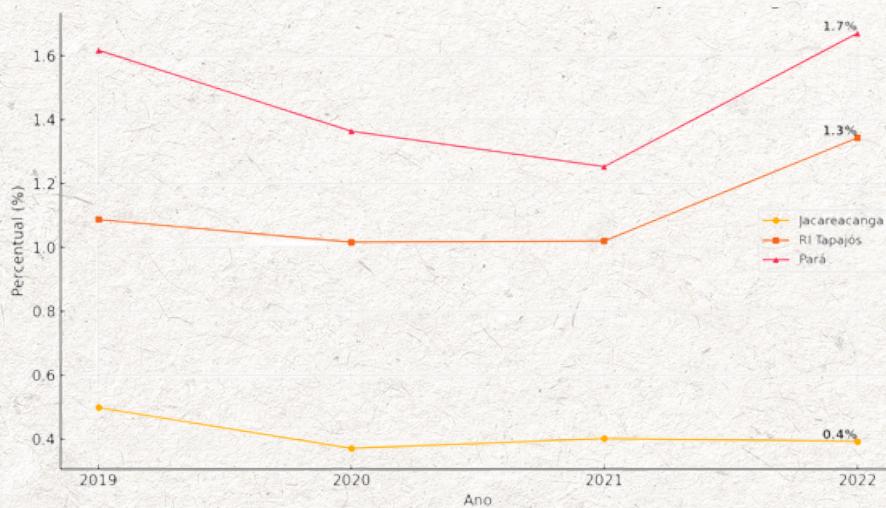
Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do in-

dicador mostrou certa estabilidade entre 2019 e 2021, variando de 1,09% para 1,02%, com leve queda em 2020 e manutenção em 2021. No entanto, 2022 registrou uma elevação expressiva para 1,3%, sinalizando uma possível ampliação da formalização do trabalho ou elevação dos salários em setores estratégicos. Apesar disso, a massa salarial formal ainda representa uma parcela relativamente modesta do PIB da região, refletindo estruturas produtivas pouco intensivas em trabalho formal ou uma economia regional com predominância de setores de baixa remuneração (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador iniciou em 1,62% em 2019,

caiu gradualmente até 1,26% em 2021, e apresentou uma recuperação significativa em 2022, atingindo 1,7%, o maior valor da série. Essa oscilação pode estar relacionada aos impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal e sua posterior recuperação, especialmente em setores industriais e de serviços que concentram vínculos com maiores salários. O dado reforça a distância entre os níveis estadual e municipal, evidenciando desigualdades na geração e distribuição da renda do trabalho formal, além de destacar a necessidade de políticas que estimulem a formalização e valorização do trabalho em territórios menos desenvolvidos (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Jacareacanga apresentou um comportamento bastante volátil no acesso à telefonia móvel ao longo do período. Em 2019, o indicador iniciou em um patamar extremamente elevado, com cerca de 370 linhas por 100 habitantes, valor que caiu drasticamente em 2020 para aproximadamente 165. Após uma recuperação parcial em 2021, atingindo 275 linhas, houve nova queda acentuada nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com apenas 48 linhas por 100 habitantes. Esse comportamento irregular pode indicar instabilidades no cadastro ou cobertura de operadoras na localidade, além de possíveis alterações metodológicas ou desativação de múltiplas linhas por usuário (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tapajós, os níveis de acesso à telefonia móvel foram mais consistentes e muito inferiores aos de Jacareacanga, variando entre 70 e 100 linhas por 100 habitantes, com pequena oscilação ao longo do tempo. Em 2023, o índice ficou em 59, sinalizando uma redução em relação ao pico de 101 em 2021. A estabilidade relativa da série sugere uma cobertura mais constante, porém ainda limitada em relação ao ideal de universalização da comunicação móvel, especialmente considerando a importância desse meio para acesso à informação e inclusão digital (Gráfico 20).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

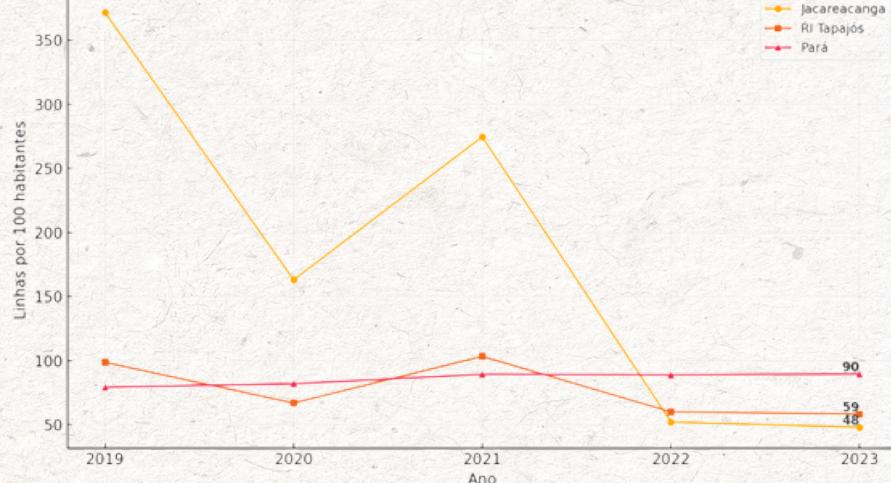
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.





Já no estado do Pará, o indicador mostrou trajetória mais estável e gradual de crescimento, partindo de 80 linhas por 100 habitantes em 2019 para 90 em 2023. A curva estadual apresenta o comportamento mais linear entre os três territórios analisados, evidenciando um processo lento, porém contínuo, de expansão do acesso móvel. Apesar de mais modesto, esse crescimento sugere maior uniformidade na distribuição das linhas no estado, o que pode estar relacionado à estabilidade do mercado e da infraestrutura das operadoras nos principais centros urbanos paraenses (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Jacareacanga apresentou forte oscilação na despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental ao longo do período. Entre 2019 e 2021, os valores variaram de R\$ 65 para R\$ 63, com pico em 2020 (R\$ 82), indicando uma tendência inicial de estabilidade com leve crescimento. Contudo, em 2022, houve uma queda brusca para praticamente zero (R\$ 0), sinalizando a quase total interrupção de investimentos no setor naquele ano. Em 2023, observou-se uma recuperação significativa, com o valor saltando para R\$ 174 por habitante – o maior da série –, o que pode indicar uma priorização atípica ou pontual de ações culturais e ambientais na

agenda municipal (Gráfico 21).

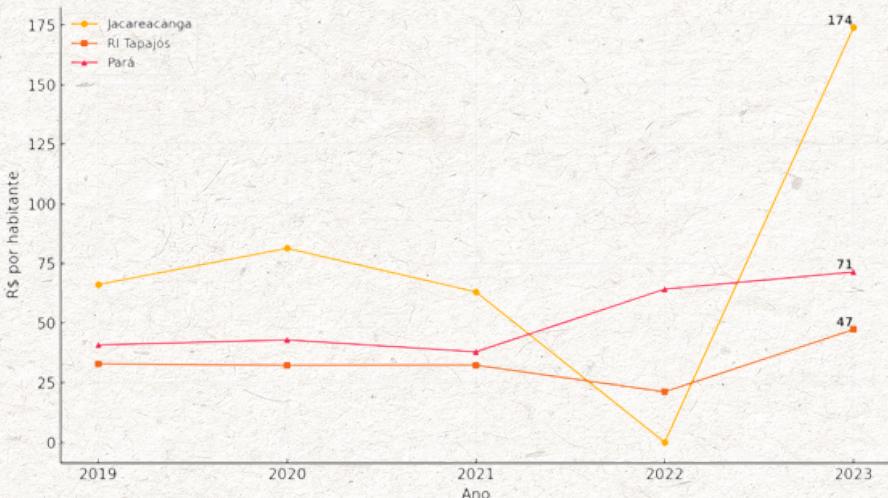
Na Região de Integração Tapajós, os valores foram mais baixos e estáveis, oscilando entre R\$ 29 e R\$ 47 por habitante. Houve uma leve queda até 2022 (R\$ 21) e uma retomada em 2023, sugerindo continuidade de um padrão de subinvestimento, embora com pequenos ajustes. A ausência de grandes variações pode indicar limitações orçamentárias crônicas ou baixa priorização dessas áreas na política pública regional, o que pode comprometer o desenvolvimento sustentável e a valorização cultural da região (Gráfico 21).

No estado do Pará, o indicador mostra crescimento pro-

gressivo e constante ao longo dos cinco anos. A despesa pública per capita passou de R\$ 40 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com avanço expressivo a partir de 2021. Essa trajetória indica um esforço estadual contínuo de fortalecimento institucional nas áreas de cultura e meio ambiente, possivelmente atrelado a políticas de incentivo, financiamento de projetos descentralizados ou programas estruturantes de proteção ambiental e valorização do patrimônio cultural. A tendência positiva contrasta com a instabilidade municipal, evidenciando a necessidade de maior alinhamento entre as esferas de governo (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 174/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o município de Jacareacanga apresentou percentuais elevados e relativamente estáveis de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, oscilando entre 43,7% em 2019 e 45,3% em 2023. O pico foi observado em 2022, com 45,6%, o que indica persistência de práticas precárias de destinação de resíduos sólidos na população vulnerável. Esse comportamento revela ausência ou insuficiência de políticas públicas de coleta e manejo adequado de resíduos no território, especialmente nas áreas periféricas ou rurais

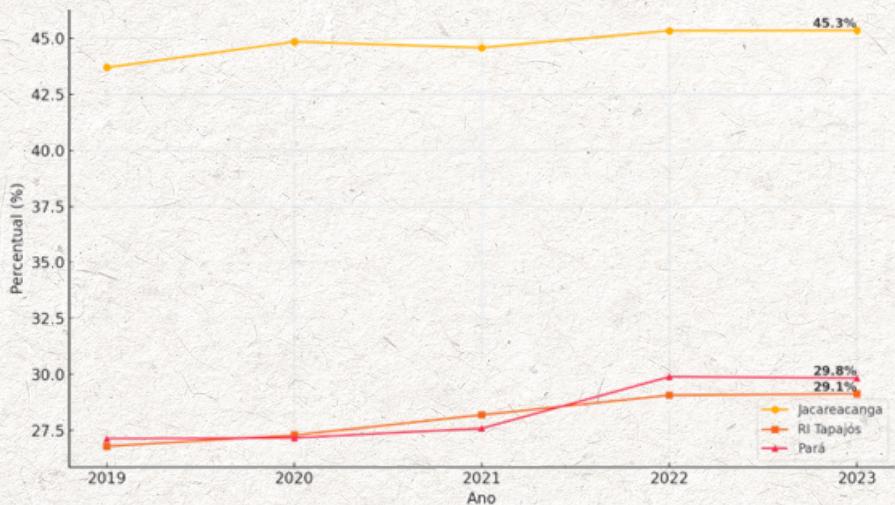
(Gráfico 22).

Na Região de Integração Tapajós, os percentuais foram consistentemente menores do que os do município, embora apresentem tendência de crescimento. Em 2019, o índice era de 26,9% e chegou a 29,1% em 2023. Esse avanço pode ser resultado da ampliação urbana desordenada e da precariedade de infraestrutura básica em áreas de baixa renda, que forçam os moradores a recorrerem a métodos informais e ambientalmente inadequados de descarte de lixo (Gráfico 22).

O estado do Pará como um

todo também registrou crescimento no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 27% em 2019 para 29,8% em 2023. Embora esse patamar seja inferior ao da RI Tapajós e, sobretudo, de Jacareacanga, ele revela que o problema é estrutural e afeta boa parte do território estadual. A tendência ascendente é preocupante, pois compromete a saúde pública e o meio ambiente, além de sinalizar deficiências na universalização dos serviços de coleta regular de resíduos sólidos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

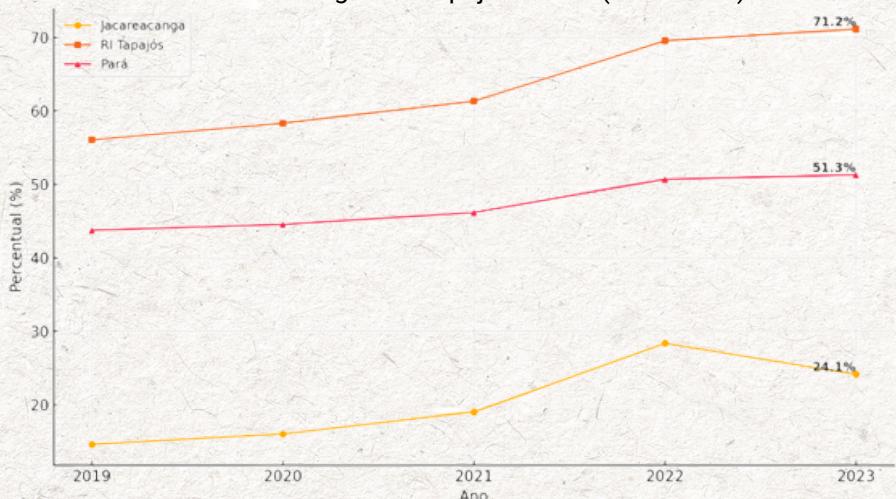
O município de Jacareacanga apresentou evolução significativa no percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar entre 2019 e 2022, saltando de 14,4% para 28,1%, com uma leve redução em 2023 para 24,1%. Apesar da queda no último ano, o aumento acumulado evidencia uma piora nas condições de saneamento básico dessa parcela da população, apontando para a expansão de áreas desassistidas por redes de esgoto ou fossas adequadas. Essa realidade reflete a precariedade dos investimentos estruturantes em saneamento no município ao longo do período (Gráfico 23).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador apresentou crescimento contínuo e elevado, indo de 56% em 2019 para 71,2% em 2023. Essa trajetória ascendente reforça o cenário de vulnerabilidade sanitária na região, revelando que uma grande parcela da população de baixa renda vive em condições inadequadas de esgotamento sanitário, com implicações diretas sobre a saúde pública, a qualidade da água e a contaminação do solo. A ausência de políticas regionalizadas eficazes parece contribuir para a perpetuação desse quadro crítico (Gráfico 23).

Em nível estadual, o percentual de pessoas de baixa renda

com fossa rudimentar também cresceu, ainda que de forma mais moderada, passando de 44,1% em 2019 para 51,3% em 2023. O aumento consistente mostra que, apesar dos avanços pontuais em infraestrutura, as ações não têm sido suficientes para enfrentar a demanda crescente por saneamento adequado. A permanência de níveis altos desse indicador compromete os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente os relacionados à saúde, água limpa e saneamento, e evidencia a necessidade de maior articulação entre municípios e estado para reverter esse quadro (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



O município de Jacareacanga apresentou comportamento altamente instável nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 255 por habitante e cresceu rapidamente nos dois anos seguintes, atingindo R\$ 566 em 2021. Contudo, essa trajetória foi drasticamente interrompida em 2022, com queda para praticamente R\$ 0, o que representa um colapso nos investimentos dessa área crítica. Em 2023, houve recuperação parcial para R\$ 149, mas ainda longe dos valores anteriores, sinalizando descontinuidade na priorização orçamentária para pre-

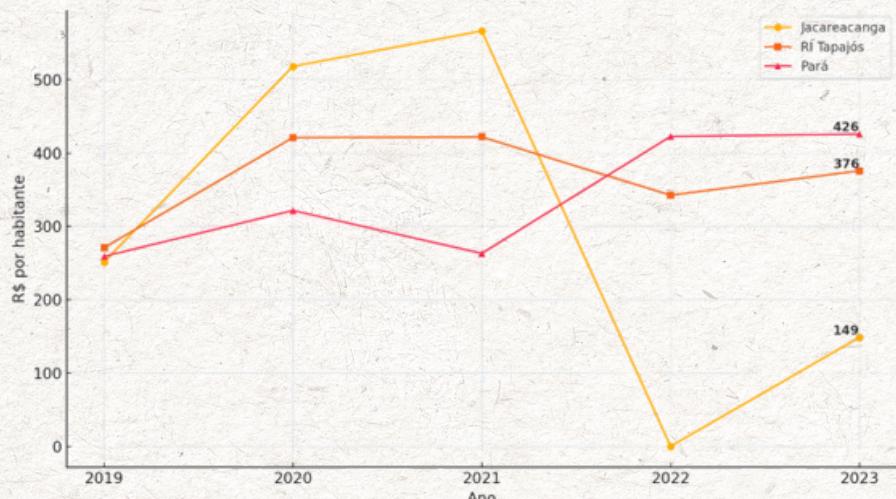
venção de eventos extremos (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tapajós, os valores mostraram mais estabilidade, com manutenção em torno de R\$ 420 entre 2020 e 2021, antes de uma queda para R\$ 346 em 2022 e leve recuperação para R\$ 376 em 2023. Embora também tenha havido retração no período mais recente, a variação foi mais contida, sugerindo uma gestão regional mais consistente no financiamento da prevenção de desastres, o que é essencial para mitigar riscos em um território exposto a eventos climáticos e geológicos extremos (Gráfico 24).



O estado do Pará mostrou trajetória de crescimento geral nos gastos com prevenção de desastres. O valor, que era de R\$ 260 por habitante em 2019, chegou a R\$ 426 em 2023, com queda apenas em 2021. Essa expansão progressiva pode indicar maior institucionalização das políticas estaduais voltadas à redução de vulnerabilidades, sobretudo diante das mudanças climáticas. A diferença de comportamento entre o nível estadual e o municipal revela possíveis desequilíbrios na capacidade de planejamento e execução das políticas públicas nessa área entre os entes federativos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 149/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Jacareacanga apresentou um padrão relativamente baixo e estável de despesas com preservação aquática entre 2019 e 2023. Os valores oscilaram entre R\$ 24 e R\$ 42 por habitante, com uma queda em 2021 (R\$ 25) e recuperação em 2023 (R\$28). Apesar de a variação ser pequena, os montantes investidos indicam baixa prioridade conferida ao tema, o que é preocupante considerando a importância estratégica dos recursos hídricos na região amazônica e seus vínculos com segurança hídrica, saúde e conservação ambiental (Gráfico 25).

Na Região de Integração Tapajós, o padrão foi semelhante ao do município, com oscilações modestas e valores sempre inferiores a R\$ 40 por habitante. Em 2023, o indicador fechou em R\$ 36 , após pequena recuperação frente ao menor valor da série em 2022 (R\$ 20). Esses níveis baixos e sem tendência clara de crescimento revelam uma limitação persistente nos investimentos públicos voltados à proteção dos ecossistemas aquáticos regio-

nais, o que pode comprometer a qualidade da água e os modos de vida que dela dependem (Gráfico 25).

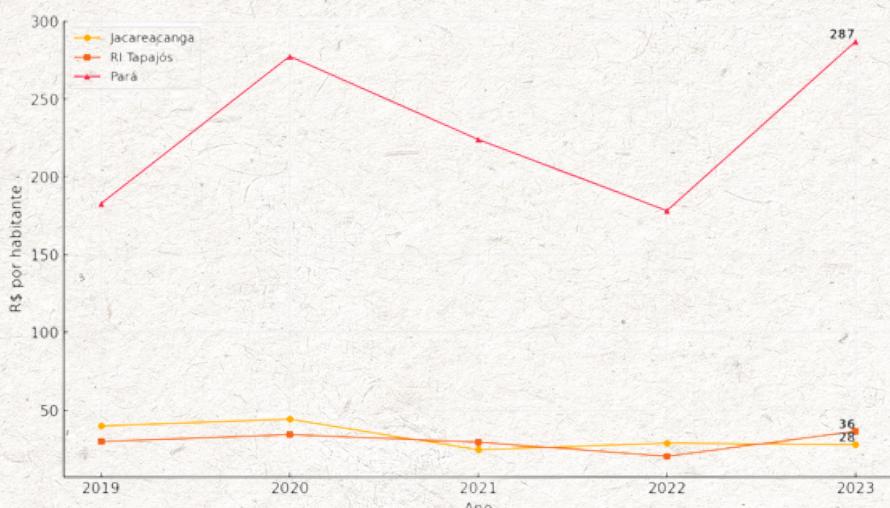
O estado do Pará, por outro lado, apresentou uma trajetória mais expressiva, com elevação de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, apesar das flutuações intermediárias. O maior pico ocorreu em 2020 (R\$ 278), seguido por retração e posterior retomada do crescimento. Essa evolução aponta para um esforço estadual mais





estruturado na preservação dos ambientes aquáticos, possivelmente vinculado a políticas ambientais integradas e compromissos com agendas internacionais de sustentabilidade. O contraste entre os níveis territorial e estadual evidencia uma necessidade urgente de descentralização mais eficaz dos recursos e ações ambientais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 28/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Jacareacanga manteve percentuais extremamente elevados de cobertura florestal ao longo do período analisado, com pequenas variações entre 85,4% em 2019 e 85,1% em 2023. A estabilidade desse indicador indica forte preservação da vegetação nativa no território municipal, possivelmente associada à presença de áreas protegidas, terras indígenas e baixa pressão antrópica em larga escala. Mesmo com leve queda em 2021, o percentual manteve-se praticamente inalterado, demonstrando um bom desempenho ambiental no contexto local (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tapajós, observou-se um padrão distinto, com uma queda progressiva na cobertura florestal entre 2019 (83,8%) e 2022 (79,5%), seguida por leve recu-

peração em 2023 (81,9%). Essa oscilação revela uma tendência de perda de cobertura vegetal nos primeiros anos, potencialmente relacionada ao avanço do desmatamento e atividades produtivas como pecuária extensiva e exploração madeireira.

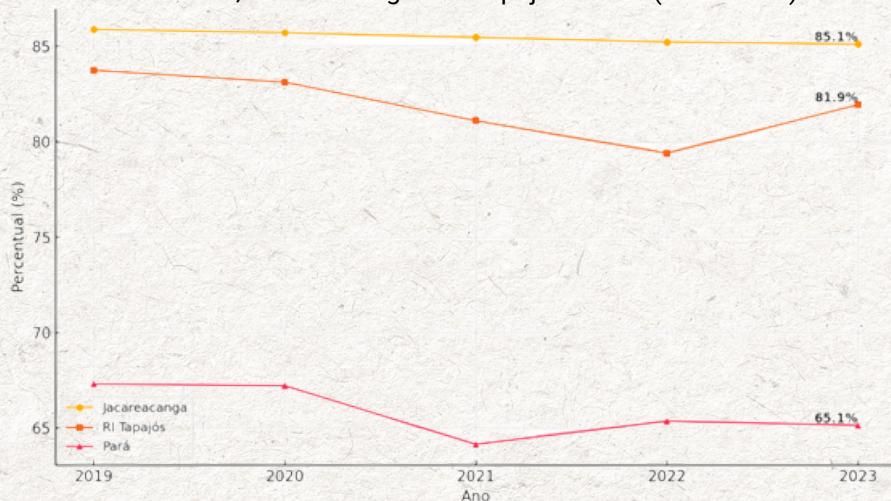
A recuperação mais recente pode refletir ações de controle

ambiental ou redução das pressões econômicas sobre o território, mas ainda assim o saldo no período é de retração (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área coberta por floresta permaneceu significativamente mais baixo em comparação aos dois outros níveis, com valores próximos de 67% em 2019 e 65,1% em 2023. O declínio mais acentuado entre 2020 e 2021, seguido por relativa estabilidade, indica uma trajetória de desmatamento contínuo que compromete a preservação dos ecossistemas florestais em escala estadual. Esses dados reforçam a importância de estratégias locais de conservação, como em Jacareacanga, para frear a tendência geral de perda de cobertura vegetal no Pará (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Jacareacanga apresentou baixos níveis de desmatamento em relação à sua área total, com uma variação moderada entre 3,1% em 2019 e 3,9% em 2023. Apesar do leve crescimento no período, o município manteve-se muito abaixo da média estadual e regional, o que reforça sua condição de território majoritariamente preservado. Essa estabilidade na baixa taxa de desmatamento pode estar associada à presença de unidades de conservação e políticas de restrição à ocupação predatória do solo, além da própria limitação de infraestrutura que impede o avanço desordenado da fronteira agrícola (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi mais dinâmico e preocupante, com aumento de 10,1% para 16% entre 2019 e 2022, segui-

do por uma queda para 12% em 2023. Esse padrão revela que a região enfrentou forte pressão sobre suas áreas florestais, possivelmente relacionada à expansão agrícola, garimpo e ocupações irregulares, o que compromete a sustentabilidade ambiental. A redução recente pode indicar esforços de fiscalização ou retração momentânea da atividade econômica, mas o patamar ainda é elevado (Gráfico 27).

O estado do Pará apresentou os percentuais mais altos entre os três níveis analisados, com crescimento contínuo de 21,9% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse dado reflete o avanço persistente do desmatamento no estado, o que compromete diretamente os compromissos com o combate às mudanças climáticas, a conser-

vação da biodiversidade e o cumprimento de metas internacionais. A tendência estadual de crescimento contínuo da área desmatada contrasta com os dados de Jacareacanga, evidenciando que experiências locais de preservação ainda não têm força suficiente para reverter a trajetória predominante de degradação ambiental na Amazônia paraense (Gráfico 27).

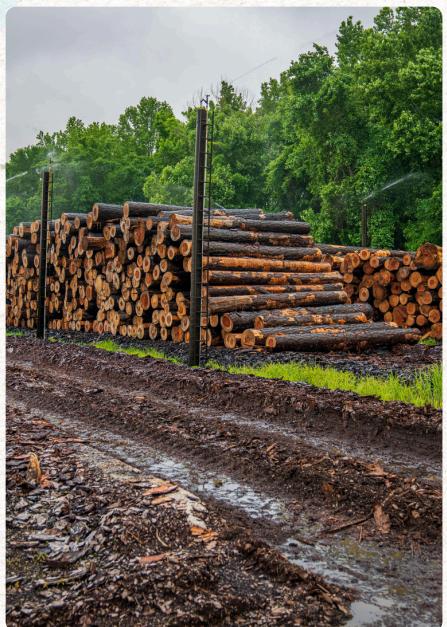
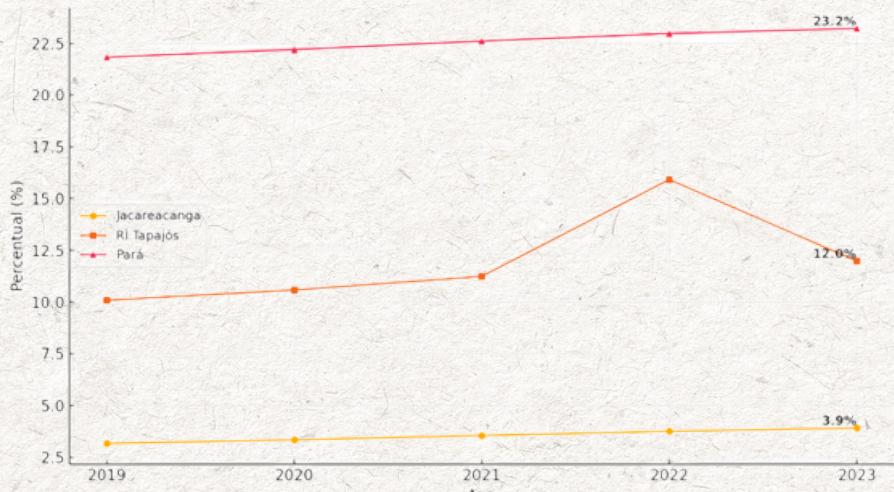


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,9 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

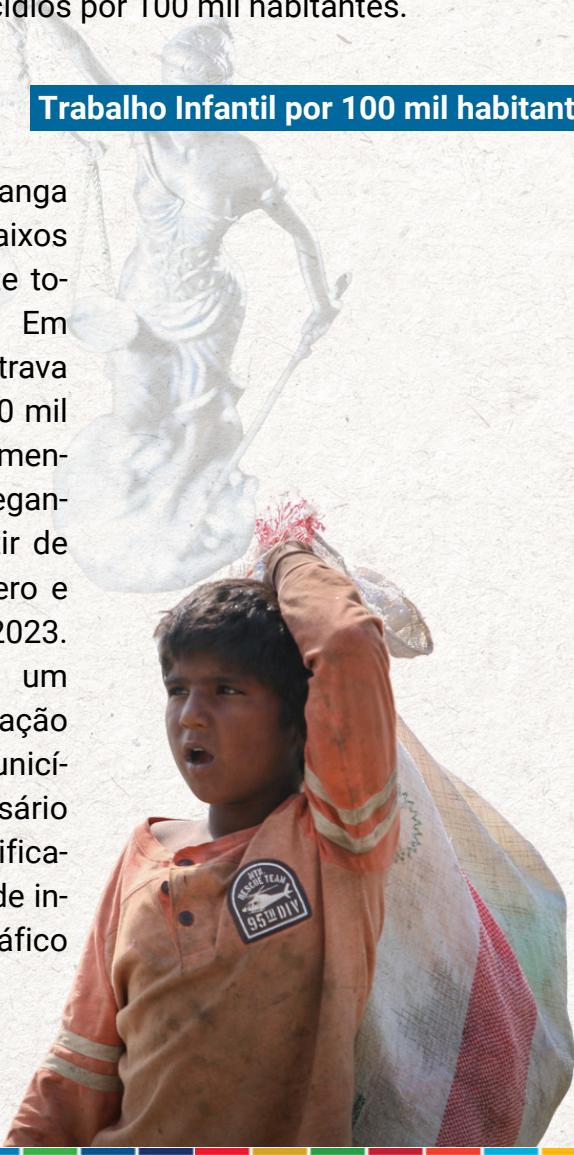
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Jacareacanga manteve níveis muito baixos de trabalho infantil durante todo o período analisado. Em 2019, o indicador registrava cerca de 2,5 casos por 100 mil habitantes, e oscilou levemente nos anos seguintes, chegando a 2,6 em 2021. A partir de 2022, o valor caiu para zero e permaneceu assim em 2023. Esses números indicam um controle eficaz da exploração do trabalho infantil no município, embora seja necessário considerar que a subnotificação em áreas remotas pode influenciar os dados (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

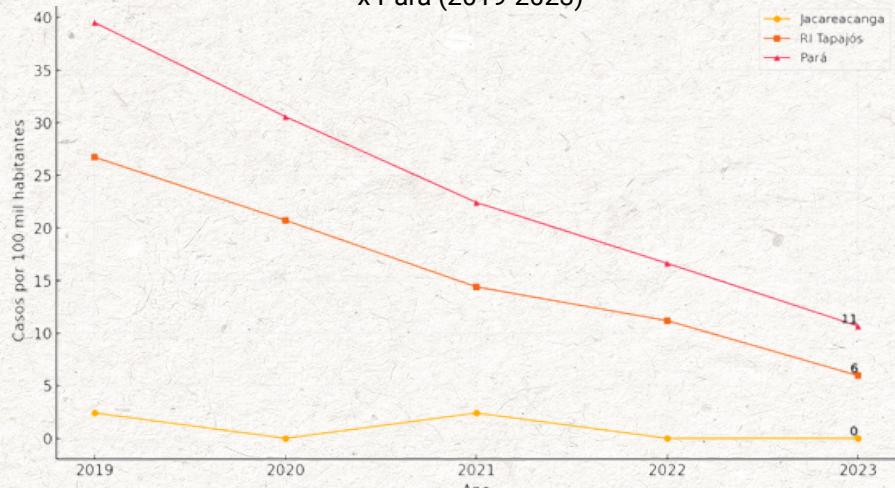
Na Região de Integração Tapajós, houve queda contínua e expressiva no número de casos, passando de 26,9 por 100 mil habitantes em 2019 para 6,3 em 2023. A trajetória aponta para um progresso significativo no enfrentamento do problema, possivelmente impulsionado por ações de fiscalização, campanhas de conscientização e políticas públicas voltadas à permanência escolar. No entanto, o índice ainda é superior ao do município de Jacareacanga, evidenciando que a prática ainda persiste em algumas localidades da região (Gráfico 28).





O estado do Pará também apresentou redução expressiva do indicador, de 39,5 em 2019 para 11,2 em 2023. A queda contínua é um indicativo positivo de avanço na proteção dos direitos da criança e do adolescente, mesmo com a diversidade e complexidade dos territórios paraenses. Apesar disso, o patamar estadual em 2023 ainda é quase o dobro do da RI Tapajós e bem superior ao de Jacareacanga, o que mostra a necessidade de intensificar os esforços em municípios com alta incidência e fortalecer o sistema de notificação e monitoramento (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Jacareacanga, a taxa de homicídios apresentou um aumento significativo entre 2019 (18,9) e 2020 (31,4), seguido de uma leve oscilação e estabilização em torno de 29 casos por 100 mil habitantes até 2023. Esse patamar elevado, sobretudo a partir de 2020, evidencia uma piora na segurança pública local ou aumento da violência letal, que pode estar associada a conflitos agrários, disputas por território ou fragilidade nas ações de prevenção à criminalidade (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tapajós, a taxa foi mais alta do que no município durante todo

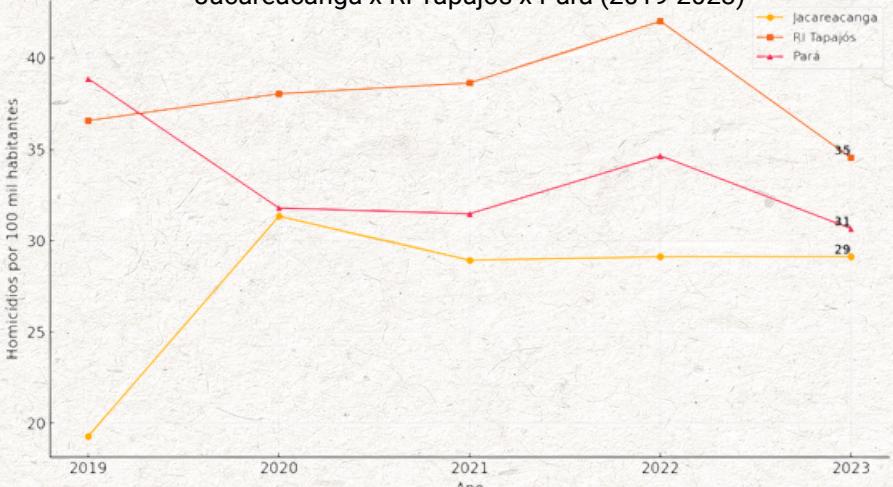
o período, partindo de 36,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, alcançando o pico de 42,1 em 2022 e recuando para 35,1 em 2023. Essa trajetória demonstra que a violência letal é um problema estrutural na região, com tendência de crescimento até recentemente. A queda no último ano pode sinalizar a eficácia de políticas de segurança ou mudanças conjunturais, mas ainda é insuficiente para alterar a situação crítica (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios caiu de 38,7 em 2019 para 31,1 em 2023, com

um pico intermediário em 2022 (34,7). Embora a trajetória revele um esforço estadual para reduzir os homicídios, os valores ainda se mantêm em níveis alarmantes segundo parâmetros internacionais. A violência letal permanece como um dos principais desafios para a política pública no Pará, exigindo ações integradas que envolvam segurança, inclusão social, educação e justiça criminal em todas as regiões, com foco especial em áreas mais vulneráveis como a RI Tapajós (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Jacareacanga x RJ Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Jacareacanga apresentou forte oscilação no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. O valor iniciou em um patamar elevado, de aproximadamente 23% em 2018, caiu para 19,1% em 2019 e voltou a crescer em 2020 (21,6%). No entanto, em 2021 houve uma queda abrupta para praticamente 0%, o que pode refletir inconsistências nos registros financeiros, uma queda atípica de arrecadação ou aumento repentino do PIB local que distorceu o denominador da relação. Em 2022, o município recuperou totalmente, atingindo o maior valor da série (23,6%) (Gráfico 30).

Na Região de Integração Tapajós, os gastos públicos mu-

nicipais como percentual do PIB foram mais estáveis ao longo do período, variando dentro de uma faixa entre 14,5% (2019) e 19,9% (2022). A trajetória mostra uma leve tendência de crescimento nos últimos anos, com um aumento mais expressivo entre 2021 e 2022. Isso pode indicar expansão da capacidade de investimento público ou aumento das despesas correntes em função de políticas sociais e estruturais adotadas na região, em resposta às demandas territoriais e aos efeitos da pandemia (Gráfico 30).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi mais contido, com valores oscilando entre 10% e 13% ao longo do período. A série demonstra es-

tabilidade relativa, com crescimento gradual a partir de 2020, encerrando 2022 em 13%. Esse padrão sugere um equilíbrio entre o crescimento do PIB estadual e a manutenção dos níveis de gasto público municipal, refletindo uma gestão fiscal mais previsível e articulada. Em comparação com Jacareacanga e a RI Tapajós, o estado apresenta menor proporção de gastos em relação ao PIB, o que pode indicar maior participação da iniciativa privada na economia estadual ou maior centralização dos gastos em esferas superiores de governo (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

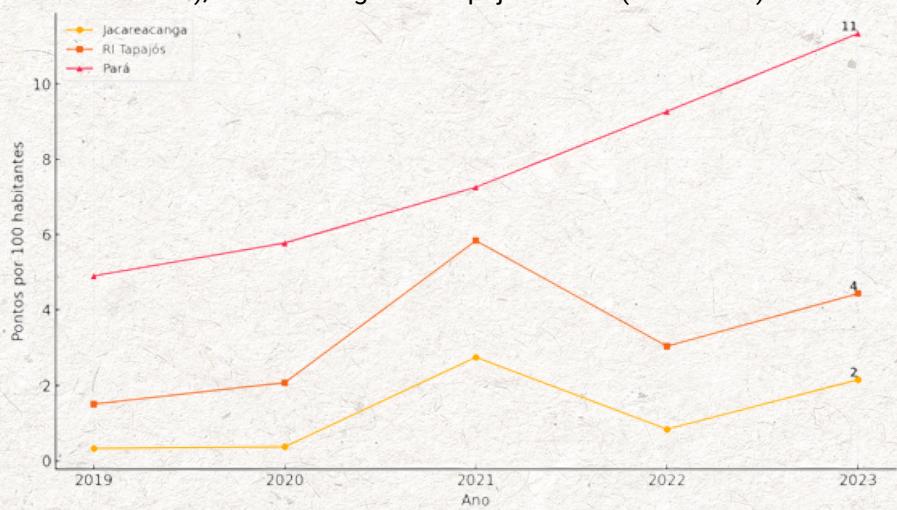
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Jacareacanga permaneceu em níveis extremamente baixos, com variações modestas. O município iniciou o período com apenas 0,3 pontos por 100 habitantes, mantendo esse valor até 2020. Em 2021, houve leve avanço para 2,7, mas o índice caiu novamente em 2022 (0,9) e se recuperou parcialmente em 2023 (2,0). Esses dados revelam um cenário de acesso muito limitado à internet fixa, o que pode refletir tantas barreiras estruturais – como ausência de rede – quanto baixa demanda em função de renda ou perfil populacional, comprometendo o de-

senvolvimento digital local (Gráfico 31).

Na Região de Integração Tapajós, o acesso à banda larga fixa foi superior ao do município ao longo de todo o período, mas ainda apresentou flutuações. O indicador cresceu de 1,5 pontos por 100 habitantes em 2019 para 5,8 em 2021, refletindo expansão da infraestrutura ou adoção de planos residenciais durante a pandemia. No entanto, houve recuo para 3,1 em 2022 e ligeira recuperação em 2023 (4,0), o que pode indicar instabilidade no serviço ou substituição por outras formas de conectividade, como a banda larga móvel (Gráfico 31).

O estado do Pará apresentou uma trajetória contínua de crescimento na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 4,9 pontos em 2019 para 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse avanço constante aponta para a consolidação gradual da conectividade fixa nos centros urbanos e regiões economicamente mais dinâmicas do estado. Ainda que o patamar estadual esteja distante da média nacional, ele evidencia progresso consistente, contrastando com a fragilidade estrutural observada em Jacareacanga e mesmo na RI Tapajós, onde o acesso permanece restrito e instável (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

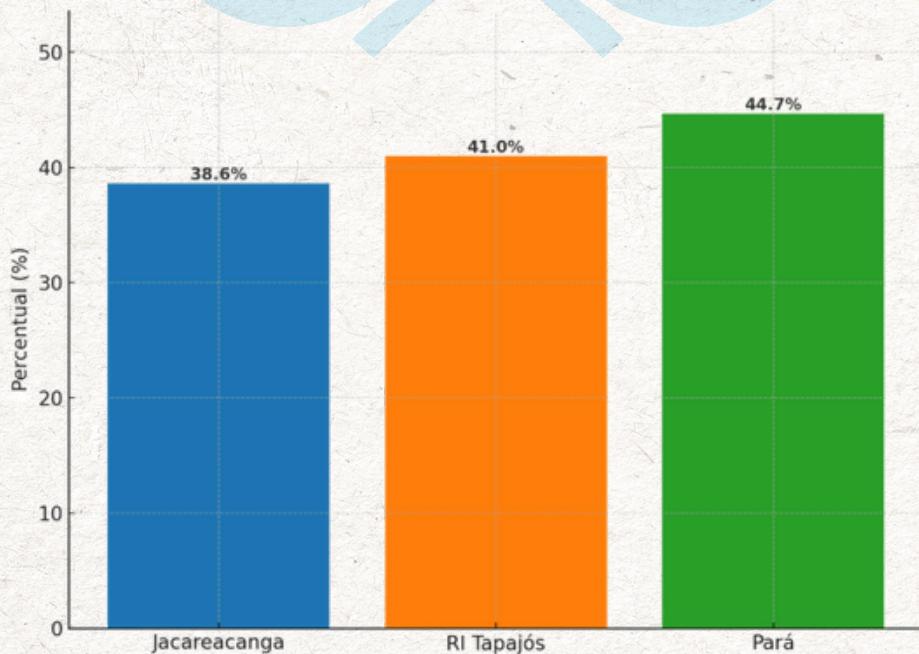
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Jacareacanga** registrou um IDS de **38,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Jacareacanga x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



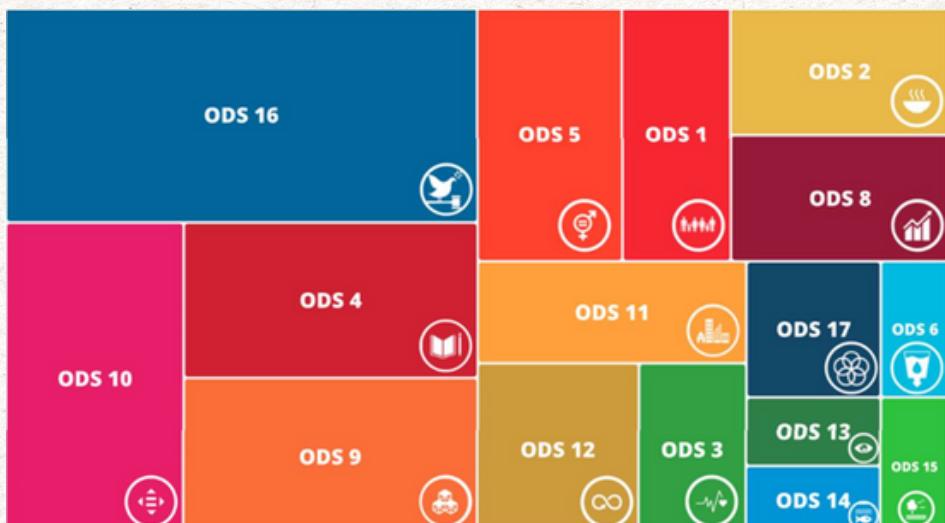
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Jacareacanga na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

